



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação – FE

**O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: reflexões
acerca da alimentação na escola**

Paula Vaisros Calichman

Brasília
2023

Paula Vaisros Calichman

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: reflexões acerca da
alimentação na escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, sob orientação da Profa. Ma. Daniela Barros
Pontes e Silva

Brasília - DF
2023

Paula Vaisros Calichman

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: reflexões acerca da
alimentação na escola

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília, sob orientação da Profa. Ma. Daniela Barros
Pontes e Silva

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Daniela Barros Pontes e Silva (Orientadora) – TEF/FE/UnB

Profa. Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues – TEF/FE/UnB

Prof. Dr. Saulo Pequeno Nogueira Florencio – UniCEUB

Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva – TEF/FE/UnB

Brasília - DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vaisros Calichman, Paula

Vp

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: reflexões acerca da alimentação na escola / Paula Vaisros Calichman; orientador Daniela Barros Ponte e Silva. -- Brasília, 2023.
24 p.

Monografia (Graduação - Pedagogia) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. PNAE. 2. Educação. 3. Alimentação. 4. Autonomia. I. Barros Ponte e Silva, Daniela, orient. II. Título.

RESUMO

Este artigo se propõe a estudar brevemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com foco especial nas relações possíveis de serem criadas entre estudantes, suas famílias e a merenda em todos os seus estágios. Utilizando de pesquisa bibliográfica, conhecimentos empíricos adquiridos dentro da experiência enquanto educadora social e somados a uma breve pesquisa entre estudantes egressos da educação pública do DF sobre suas memórias referentes à alimentação escolar, foram construídos caminhos argumentativos que demonstram a importância do acesso ao conhecimento sobre as legislações que nos contemplam, para garantir o pleno cumprimento dos direitos que nem sempre são tratados com o devido compromisso por órgãos estatais.

Palavras-Chave: PNAE; Educação; Alimentação, Autonomia.

ABSTRACT

This article proposes to brief study of the National School Meals Program, with a special focus on the relationships that can be created between students, their families and school meals in all its stages. Using bibliographic research, empirical knowledge acquired from my experience as a social educator and a brief survey among students who graduated from public education in the Federal District about their memories regarding school meals, we built argumentative paths that demonstrate the importance of access to knowledge about the legislation that we have, to ensure the full compliance with rights that are not always treated with due commitment by state agencies.

Keywords: PNAE; Education; Food, Autonomy.

SUMÁRIO

Memorial	8
Introdução	11
Por onde começar a pensar a alimentação brasileira?	14
Como a alimentação se desdobra dentro da escola	16
Como o PNAE reverbera no coletivo e na vida pessoal	19
Como deveria ser a alimentação	20
REFERÊNCIAS	23
APÊNDICE	24

Memorial

Nascida em na cidade de São Paulo em 9 de dezembro de 1997, às 21:21 da noite como bem foi registrado por meu avô, começo este registro relembrando da criança que fui e que carrego dentro de mim, na eterna busca de cuidar dela e de tantas outras com o carinho e acolhimento que acredito ser direito básico de todos. Deixo aqui um apertado abraço à pequena, esquisita, diferente, a “tão madura pra sua idade” criança que por tantas vezes sentiu que precisava enfrentar o mundo sozinha. É por ela que travo a eterna luta de garantir a todas as crianças o direito ao afeto.

Aos quase seis anos de idade, fui informada de que deixaríamos minha cidade natal e passaríamos a morar em Brasília, uma cidade até então desconhecida, na qual existiria oportunidade melhor de emprego para meus pais.

Não gostei e tampouco aceitei a ideia. Relutei por semanas usando frases como “vocês estão decidindo porque são adultos e eu que sou criança não tenho voto?” E é desde então que conheço minha teimosia quando se trata de injustiças. Não posso deixar de agradecer à minha mãe pela garra de conquistar a vida e ao meu pai pela sensibilidade e senso de justiça.

A ideia de ser professora caminha comigo desde que me entendo por gente.

Ao chegar em Brasília, me sentia muito solitária com a distância do lugar que conheci como casa, e aquelas que mais me acolheram foram os que já conheciam esse sentimento: as professoras. Ser professora de certa forma é ser nômade, andarilha por caminhos que não voltam e presença às vezes passageira na vida de pessoas que talvez nunca mais voltemos a encontrar, que talvez não lembrem de nós, ou que talvez tenham sido profundamente tocados por nossa existência, como eu mesma fui.

Sempre acreditei nos misticismos e encontros mágicos da vida. Aos 16 anos, enquanto participava de um projeto de formação para jovens militantes pela UNICEF, conheci um professor de teatro que habita na construção de mim mesma, que me enxergou com clareza antes mesmo que eu pudesse. Neste encontro que visava empoderar os jovens para falar em público, este educador me disse: “para se libertar, é necessário matar um leão por dia. Para se manter livre, são três leões por dia.”

Em um momento de tantas mudanças e descobertas como foi a minha adolescência, essa valorização me impulsionou a também enxergar com outros olhos aqueles ao meu redor e as lutas que cada um trava, percepção que me levou a escolher o curso de Pedagogia que tanto amo. Antes desse momento acreditava que viria a trabalhar apenas com adolescentes, e aspirava ser professora de história, sem sequer imaginar que atuaria na faixa etária de 2 a 5 anos e seria apaixonada por isso!

Desde a minha chegada em Brasília, passei por alguns colégios particulares sugeridos por familiares, mas foi no ensino médio, ao ingressar na educação pública que entrei em contato com a militância, a princípio por meio dos grêmios e movimentos secundaristas que me levaram ao encontro citado acima. Guardo com muito carinho a memória de Mel Gomes, grande influenciadora da minha trajetória, militante pela União Nacional dos Estudantes, que veio a Brasília à frente da marcha contra a redução da maioridade penal. Mel faleceu no início de 2022 mas viverá para sempre na memória de tantas almas que tocou em seu tempo.

No curto período que estive em Brasília em 2015, momento que antecipava o golpe de estado cometido contra Dilma Rousseff, Mel atuando enquanto produtora cultural da UNE e como mestre de cerimônia organizou diversos eventos culturais que aproximavam a juventude da militância. A forma natural e espontânea com a qual ela era capaz de acolher todas as vozes presentes me inspira para sempre.

Existe algo muito mágico em ser exatamente o que se é, que se espalhava sempre que ela estava presente.

Ao ingressar na faculdade, comecei com alguns trabalhos envolvendo animação de festas infantis, aulas particulares e de reforço, mas foi no segundo ano da pedagogia que encontrei o trabalho que tanto me inspira até hoje. Como Educadora Social Voluntária na Escola Parque da 314 sul, exerci várias funções, desde acompanhamento e auxílio pedagógico para crianças com necessidades especiais, até assistência no processo de alimentação, sendo a responsável por finalizar a montagem do prato de mais de 100 crianças por dia. Guardo com muito carinho o posto de “tia da salada”.

É a partir do novo cargo adquirido como ajudante das merendeiras que se inicia minha relação de amor e curiosidade para com a alimentação escolar, resgatando memórias afetivas das refeições do ensino médio. Me encontrei do outro lado da história, sendo a adulta que oferece à juventude refeições que marcam suas

vidas e que muitas vezes representam a principal fonte de nutrição para inúmeras crianças brasileiras. Não à toa o Plano de Alimentação Escolar surge também como medida para barrar a fome, e demonstra sua importância em momentos de fechamento das escolas, como vivenciamos na pandemia.

Cuidar da saúde de crianças de forma tão próxima quanto é cuidar de suas alimentações me ensina cada dia mais sobre a responsabilidade de ser uma educadora. A compreensão de que o processo alimentar envolve muito mais do que a simples nutrição, visto que é um processo histórico, influenciado por questões socioeconômicas e principalmente políticas, foi essencial para o meu posicionamento pessoal enquanto defensora de uma alimentação natural e livre de agrotóxicos.

É dentro da Universidade de Brasília, mais especificamente na Faculdade de Educação, local onde passei grande parte dos meus dias por anos e pelo qual tenho muito carinho, que entro em contato com documentos legais e explicações históricas referentes aos regulamentos e justificativas do Plano de Alimentação Escolar, que em muitas medidas se mostra coerente com crenças prévias minhas.

Entrar em contato com essas informações, além de se tornar um desejo de pesquisa, me transformou a nível pessoal, quando comecei a buscar uma alimentação mais próxima àquela que desejo ser proporcionada a todos: saudável, livre de agrotóxicos, que não financie desmatamentos e práticas danosas ao meio ambiente, e que represente transferência direta de renda para a agricultura familiar.

Um marco essencial na minha formação enquanto pedagoga foi o encontro com a literatura de bell hooks, em especial o livro “Ensinando a Transgredir” que reverbera em cada passo da minha jornada pessoal inseparável da profissional. Dentro da universidade tive a oportunidade de conhecer diversas professoras engajadas com a mudança que inspiram a seguir trilhando o caminho da educação, criando redes de apoio e de possibilidade. Tais conexões com pessoas alinhadas à aquilo que acreditamos é, ao meu ver, essencial e indispensável.

Introdução

A alimentação humana, característica intrínseca à própria vida, é um direito fundamental contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, além de estar assegurada no texto legal da Constituição Federal de 1988. Especificamente no que tange à educação, é garantida para os estudantes da educação pública desde 1979, sendo desenvolvida para as escolas por meio do Programa Nacional de Merenda Escolar – PNAE (BRASIL, 2009) e financiado pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento Educacional – FNDE (BRASIL, 1968).

Os hábitos alimentares representam uma infinidade de informações sobre um povo, visto que reflete seus costumes, possibilidades de consumo, conta a história de sua capacidade de produção e aquisição de alimentos, podendo também ser objeto de controle e dominação, ao passo em que o mercado regula os preços e em muitas medidas nega à população o acesso a uma nutrição de qualidade. A fome é lucrativa para o capitalismo, ao passo que força o indivíduo a se submeter a condições de exploração para obtenção do mínimo para sobrevivência.

A monocultura, prática historicamente imposta ao território brasileiro e incentivada pelas grandes empresas visando lucro, é danosa não apenas para a terra mas também para a vida humana, limitando as opções de alimentos e potencializando a escassez, visto que inviabiliza a variedade. A agricultura familiar, por basear-se no respeito aos ciclos da natureza plantando e colhendo aquilo que melhor floresce a cada período do ano, se faz uma forte adversária a esse processo, sendo por este motivo o foco do trabalho a seguir.

Apesar da vasta capacidade de produção orgânica e livre de venenos, o Brasil é um dos países que mais consome e utiliza agrotóxicos, causando impacto na saúde de milhões de pessoas todos os dias, representando a maior quantidade de produtos vendidos em mercados visto que a utilização de pesticidas tóxicos potencializa a capacidade quantitativa de produção. A escola, se pensada enquanto um espaço de possibilidades e alinhada ao PNAE em especial na seção referente à agricultura familiar, poderia e pode ser imensa propulsora de melhorias na saúde, na economia, além de reduzir o consumo de pesticidas

A porção do texto do PNAE que se refere a destinação de verba para esse

tipo de agricultura responde não apenas a uma demanda de saúde, mas também a uma demanda de valorização econômica e possibilita transferência direta de dinheiro do governo para a população sem assumir caráter assistencialista ou de caridade, influenciando também na criação de empregos e em um funcionamento geral melhor da escola, visto que para o pleno funcionamento do programa é necessário que todo o corpo da escola esteja envolvido no processo desde a compra.

Com objetivo de criar hábitos saudáveis e sustentáveis para o resto da vida, o PNAE não abarca somente questões de financiamento, mas está presente (ou deveria estar) em todas as etapas da alimentação: na criação dos cardápios de forma a valorizar a cultura local, na transparência em relação a compra e aquisição dos alimentos, na compreensão do que se come e o porquê de se comer (seja cultural ou nutritivo) e em especial na valorização dos momentos de refeição e da preparação das mesmas.

A comida é memória afetiva. Na primeira infância, o que se come na escola pode auxiliar no processo de adaptação ao criar pontes entre a casa e a escola, sendo acolhedor por representar um movimento de cuidado com a criança. O direito a se alimentar no ambiente escolar possibilita para famílias trabalhadoras, em especial mães que cumprem múltiplas jornadas de trabalho, possibilidades de alívio na sobrecarga financeira e laboral.

É importante lembrar que o estado tem responsabilidade com a vida de todos, em caráter especial para com as crianças e adolescentes como é defendido no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sendo considerados prioridade absoluta para o estado. Neste trabalho, a escola é pensada enquanto um campo de possibilidades para corrigir desigualdades sociais nas micro e macro relações, servindo como uma ponte entre governo e sociedade civil, propícia para transferências financeiras em larga escala para produções familiares enquanto garante retorno direto à população.

A merenda representa ainda hoje, para muitos estudantes, a única refeição completa do dia, e faz parte do dever do estado garantir a redução de alimentos ultraprocessados que em dado momento da história eram amplamente enviados dos Estados Unidos em forma de doativos. Ao passo em que se assume a alimentação na escola enquanto dever e abandonam-se as concepções filantrópicas urge a necessidade de um compromisso real com a erradicação da fome e valorização das comunidades escolares e suas necessidades.

A forma que a alimentação é viabilizada para a sociedade afeta também as subjetividades de cada um. Ao negar o acesso, transforma-se um direito básico em uma conquista, e instala na sociedade uma mentalidade de que uma alimentação de qualidade exige alto poder aquisitivo. Por esta razão é também de grande importância descobrir e incentivar alternativas economicamente viáveis à todes, possibilidade potencializada pela aproximação das comunidades escolares com a agricultura familiar.

Pensando no estreitamento de relacionamento entre estudantes, suas famílias, o corpo docente e direção da escola e os responsáveis pela comida (merendeiras, agricultores, trabalhadores da verificação de qualidade) é que se verifica a importância dos CAEs (Conselhos de Alimentação Escolar), que existem desde o ano 2000 principalmente para fiscalizar os gastos. As funções dos conselhos estão assim descritos pelo projeto:

“Os CAEs têm como principal função zelar pela concretização da alimentação escolar de qualidade, por meio da fiscalização dos recursos públicos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que complementa o recurso dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar” (Retirado do site do FNDE)

Assim como a política de alimentação como um todo, os Conselhos são fruto de extensa luta da sociedade civil pela responsabilização do estado para com os direitos básicos dos cidadãos, e são parte essencial de um bom funcionamento da política e satisfatória aplicação dos recursos. Em uma escola utópica na qual todos os envolvidos estão atuando em prol do bem-estar da juventude, os conselhos poderiam formar-se espontânea e organicamente em resposta às necessidades de cada território, pensando também que o PNAE pode ser benéfico não apenas para o estudante, mas para toda a comunidade escolar incluindo pais e responsáveis, além da vizinhança em que a escola se encontra.

Para atingir tais benefícios, faz-se necessário o monitoramento em larga escala (municipal, estadual, etc) e específico para cada escola, processo muito auxiliado pelos CAEs, mas que requer a difusão de conhecimentos técnicos do funcionamento do PNAE entre toda a população, ao passo que nem mesmo na universidade tais procedimentos são amplamente citados, muito menos nas escolas de maneira geral.

Em tempos de pandemia e ameaças ambientais constantes, faz-se ainda mais necessário a movimentação da academia perante a manutenção da vida humana sem prejudicar a natureza. Aliás, a valorização de comunidades agrícolas sustentáveis se apresenta enquanto forte oposição aos modelos capitalistas de monocultura e escassez. Dentro da formação continuada e da capacitação de professores e educadores em geral precisa estar o entendimento da responsabilidade para com o respeito aos direitos humanos básicos.

Nessa mesma perspectiva, é essencial que sejam responsabilizados aqueles (pessoas físicas responsáveis pela merenda ou instituições como um todo) que não cumprem com suas incumbências na entrega de uma nutrição de qualidade.

Nada do que foi escrito aqui foge do que é previamente acordado pela lei e pelos princípios citados na constituição brasileira, em especial no que se refere à eficiência. Atende também aos valores estabelecidos para o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação): *compromisso com a educação; ética e transparência; excelência na gestão; acessibilidade e inclusão social; cidadania e controle social; responsabilidade ambiental; inovação e empreendedorismo*

Apesar disso, ainda hoje a alimentação nas escolas é tratada com descaso, quando não considerada um “favor” aos estudantes da rede pública. É necessária a disseminação de conhecimentos referentes aos direitos alimentares de cada cidadão para que cada vez mais nos tornemos parte ativa de um processo de necessidade coletiva. Nenhum ser humano sobrevive sem alimento. Mas não nos limitaremos a pensar na sobrevivência como meta quando enxergamos a possibilidade de viver em abundância de maneira sustentável.

Por onde começar a pensar a alimentação brasileira?

Apesar de sermos induzidos à crença de que a abundância ou escassez de alimentos são processos espontâneos e naturais, é essencial perceber que a fome é produzida pelo sistema capitalista, uma vez que a renda familiar é diretamente ligada a quantidade e qualidade da alimentação, além de ser endossada por governos genocidas. Como apontou Franciléia Paula de Castro (2022):

“O ato de se alimentar está diretamente ligado as condições de

produção e acesso a alimentos em quantidade e qualidade para suprir as necessidades físicas e nutricionais da população, de forma a garantir saúde e vida.”

Ao mesmo tempo em que se aprofunda o entendimento sobre quem são as pessoas a quem os acessos são negados, é essencial questionar também: a quem interessa que uma parcela da população esteja faminta? Pensando nos termos de uma necropolítica alicerçada em racismo, deparamo-nos com o *nutricídio*. Como explicado por Bárbara Macieira Ribeiro Macedo (2021): "filósofo camaronês Achille Mbembe (2019) define tal política como a capacidade de definir quem importa e quem não importa, ou seja, quem é descartável e quem não é”.

Importante ressaltar que no contexto brasileiro, profundamente marcado pelo escravagismo e que carrega até hoje resquícios da mentalidade perversa e cruel do colonizador-exterminador, àqueles que sofrem direta e constantemente os ataques do estado são as pessoas negras, racializadas e sistematicamente marginalizadas. Os processos opressores se retroalimentam, ao passo em que uma população negada de seus direitos básicos, é submetida a cargas trabalhistas extremamente exploradoras por remunerações que não contemplam nem o essencial.

Historicamente, em um processo oriundo da colonização, a agricultura no Brasil é pensada nos termos de monocultura e latifúndio e a produção é voltada para exportação, resultando no consumo das “sobras” para a população brasileira e na desvalorização da agricultura local, além de restringir o acesso à nutrição de qualidade. Ao trabalhador são ofertados produtos ultraprocessados (acabam sendo produtos de menor custo em relação à alimentos saudáveis) de baixo valor nutricional e os legumes, frutas e verduras que chegam à mesa vem envenenadas com agrotóxicos. Muitos destes venenos são permitidos apenas no Brasil. A pesquisadora Larissa Mies Bombardi resalta em uma coluna escrita por Camila Costa, em 2018, para a BBC News que *“um terço dos 504 agrotóxicos que são autorizados no Brasil são proibidos na UE. Dos dez mais vendidos no Brasil atualmente, dois são proibidos lá”*¹.

A utilização dos variados venenos presentes na agricultura e na alimentação brasileira é justificada politicamente pelo barateamento dos produtos e aumento da

¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44621328> Acesso em: janeiro de 2023.

capacidade de produção, além do aumento da vida útil dos legumes e frutas. Porém, a longo prazo, tais afirmações são contestadas pela realidade, ao passo que se apresentam danos irreversíveis ao solo e os índices de fome e insegurança alimentar aumentam proporcionalmente a legalização de agrotóxicos.

Várias gerações de brasileiros têm sido contaminados direta e indiretamente, em um processo somado à negação da nutrição básica que constrói um cenário de intensa insegurança alimentar. Adultos emocionalmente marcados por essas dinâmicas alimentares muitas vezes acabam por perpetuar hábitos que não dialogam com as necessidades das crianças, mas sim respondem a traumas geracionais de falta de recursos estatais para garantir uma sobrevivência digna.

Como a alimentação se desdobra dentro da escola

Além de ser uma função básica e essencial para a sobrevivência, a alimentação é uma das primeiras formas com as quais o ser humano se conecta com o mundo, cria vínculos e conexões, e portanto pode ser um elemento definidor da relação entre a criança e a escola. Pode ser um grande auxílio no processo de adaptação escolar, por exemplo, quando se utilizam alimentos do contexto familiar do indivíduo dentro da escola. Na mesma medida, a escassez de alimentos na escola pode engatilhar memórias dolorosas para indivíduos que já sofreram com insegurança alimentar. O número de vítimas desse processo havia diminuído, ao passo que o Brasil foi saindo do mapa da fome, mas voltou a deslanchar em paralelo ao governo neo-fascista de 2018-2022.

Em um imenso e devastador crime contra a humanidade que chega ao conhecimento popular no ano de 2023, o genocídio contra crianças e adultos Yanomami, ocorrido durante o governo Bolsonaro, se mostra um nítido exemplo de como o estado atua de maneiras articuladas para minar todos os direitos humanos, inclusive o direito à própria vida. Retirado da Agência Câmara de Notícias² Cerca de 570 crianças, além de adultos, morreram nos últimos quatro anos por fome, desnutrição e outras doenças que poderiam ser tratadas, como malária”. Resultado de anos de negligência, maus tratos, crueldade e fascismo aplicados pelo governo

² Disponível em: <https://exame.com/brasil/comitativa-chega-a-roraima-para-ouvir-liderancas-yanomami/>
Acesso em janeiro de 2023.

Bolsonaro.

Em paralelo à tal atrocidade, a fome é generalizada pelo país em consequência ao descaso do governo federal, que resultou no retorno do país ao mapa da fome da ONU. Por Aline Guedes³:

Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave. (Fonte: Agência Senado)

Os processos de insegurança alimentar foram intensificados também pela ausência das refeições escolares durante a pandemia, somados a pouca ou nenhuma assistência estatal especialmente nas regiões mais pobres do país.

As escolas como hoje conhecemos assumem inúmeros papéis e cumprem variadas funções. Em um contexto econômico que suga dos trabalhadores o seu tempo, energia e disposição, o ambiente escolar em muitos casos apresenta-se enquanto alívio da sobrecarga parental, historicamente resignada às mães, avós e outras mulheres da família. Pensando também nas camadas de afeto que perpassam a alimentação, é notável a importância do cuidado para com os jovens ao sempre prestar atenção nas formas que as crianças se alimentam ou deixam de se alimentar, percebendo seus gostos e diferentes relações com as refeições, o que auxilia a criação de laços entre merendeiras e estudantes, por exemplo.

O Distrito Federal é e já foi palco de situações marcantes e conflitantes quando se trata da alimentação escolar. Um exemplo marcante e inspirador são as escolas parques, responsáveis pelo contraturno de algumas escolas proporcionando aulas de artes e educação física. Estas provém aos estudantes refeições completas todos os dias, além de lanches e em alguns casos, hortas e plantações com as quais os estudantes interagem.

Em contraponto, mesmo se tratando da capital do país, no ano de 2017 uma

³ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-p-reocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasil%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome> Acesso em janeiro de 2023.

criança desmaiou de fome em um colégio público cuja única possibilidade de oferta no dia era pipoca. O atual governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, cumprindo seu segundo mandato, segue trabalhando contra a população da capital do país com investimentos infundados e suspeitos⁴ “destinados a merenda”, a permissibilidade para com empresas e entidades privadas atuarem na rede pública e especialmente com tentativas insistentes de privatizar a alimentação nas escolas públicas no DF, tendo o governador recorrido até mesmo à justiça para impor a suas vontades. Neste momento, em fevereiro de 2023, Ibaneis Rocha está afastado⁵ do governo do Distrito Federal em razão da omissão da segurança pública do DF nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro deste ano.

Em uma tentativa covarde realizada em 2022, Ibaneis veta projeto que proibia privatização da merenda, projeto proposto por Chico Vigilante que proíbe licitações para terceirização da gestão completa, mas seu veto foi derrubado pela câmara legislativa do Distrito Federal⁶.

Não são raros os casos de jovens crianças que encontram na merenda escolar sua principal fonte de consumo diário de nutrientes. Nota-se uma grande discrepância entre as escolas que funcionam em modelos integrais e aquelas de meio período. As segundas oferecem lanches até pela obrigatoriedade devido a carga horária, mas em muitos casos trata-se de biscoitos e outros alimentos de baixo valor nutricional, devido também à diferença de verba que cada modelo de escola recebe.

As conquistas legislativas e de responsabilização do estado são em sua imensa maioria fruto de organizações e manifestações populares, e dentro da escola não seria diferente. É constatado que escolas com CAE 's atuantes têm melhorias significativas e fortes impactos na comunidade, algumas ganhando até prêmios em dinheiro em “competições” para incentivar o cumprimento ou superação de metas. Mas para além das “recompensas” que pode trazer à escola, a imensa importância dos Conselhos é envolver as crianças e seus responsáveis em todas as etapas da alimentação.

Para garantir o funcionamento eficaz de todas as partes, faz-se central o papel

⁴ Disponível em:

<https://www.cl.df.gov.br/-/investigacoes-de-fraudes-na-merenda-escolar-repercutem-em-plenario>

⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64206178>

⁶ Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/09/camara-legislativa-derruba-veto-e-proibe-que-governo-do-df-privatize-merenda-escolar-na-rede-publica.ghtml>

da transparência tanto nos processos de compra e aquisição e sobre os valores disponibilizados para e pela escola, quanto no processo de escolha e preparação das refeições, incluindo o processo de montagem do cardápio. Todos esses pontos podem e devem ser debatidos por membros dos vários setores da comunidade escolar, mas comumente são assunto restrito aos diretores e coordenadores, em boa parte pela falta de conhecimento da população sobre tais possibilidades e em grande parte por responsabilidade de governos que além de não prover o mínimo, enganam sua população ao propositalmente esconder seus direitos.

Em escolas particulares, o que se vê é um reflexo das bases alimentares garantidas por lei, mas adaptadas à realidade de cada escola e muito comumente aos desejos dos pais, responsáveis e demais pagantes. Quando se trata de crianças e adolescentes, existem leis e acordos referentes à quantidade de alimentos oferecidos dentro dos cronogramas escolares, portanto colégios que adotam modelos integrais devem obrigatoriamente oferecer almoço, além de lanches, tendo também a necessidade de ser utilizada uma cozinha industrial.

Como o PNAE reverbera no coletivo e na vida pessoal

Enquanto Educadora Social Voluntária na Escola Parque, pude vivenciar o trabalho de auxiliar as merendeiras servindo a comida, especificamente as saladas e o feijão, e neste contato próximo pude perceber algumas falhas em especial de comunicação entre aqueles que ofertam a comida e os que a recebem. Algumas das lacunas mais notáveis estão relacionadas ao treinamento (ou falta do mesmo) que os profissionais responsáveis pela alimentação recebem. Por exemplo, a falta de instrução referente a autonomia e respeito aos desejos de cada um acaba por refletir em um tratamento de “obrigar” o estudante a comer.

Tal tratamento é muito comum até por ter sido a forma com a qual grande parte dos brasileiros foi educada a se alimentar. Em muitos sentidos a cultura alimentar do país é baseada em conceitos de escassez, e a falta de alimentos cria memórias influenciam na forma que as pessoas se alimentam pelo resto da vida, por exemplo, a ingerir a comida rápido, não deixar sobras, e até mesmo ingerir alimentos já fora da validade. A gentileza e o carinho são essenciais no trato com as crianças também para evitar ao máximo processos traumáticos que acarretem futuras limitações e

frustrações alimentares, e são afetos difíceis de se praticar em um contexto de negação dos direitos alimentares.

Em um breve questionário, cujo modelo está disponível nos apêndices, realizado entre doze estudantes egressos das escolas públicas do DF, chamou atenção a pergunta referente ao conhecimento sobre o PNAE, na qual 33,3% dos entrevistados relataram nunca ter ouvido falar sobre o programa, e os 66,7% restantes conheciam, mas entraram em contato fora do ambiente escolar. Nenhum dos entrevistados teve contato com o programa e suas diretrizes e normas por meio da escola em que estudavam. Fato preocupante visto que nega aos estudantes o acesso a seus direitos básicos, além de ser uma falha com o programa em si que trata da devolutiva aos estudantes como parte essencial de seu funcionamento.

Outras duas questões que chamam a atenção e que são indicativas do insucesso na aplicação plena do PNAE, são as respostas para as questões *“Na(s) escola(s) que você estudou existia diálogo entre a coordenação e a família sobre a alimentação da escola?”* e *“Durante sua trajetória na educação pública, você teve alguma aula ou oficina referente a alimentação da escola?”*, visto que ambas receberam apenas uma resposta positiva. Nem os alunos e tampouco seus familiares e responsáveis estão sendo ativamente convocados pela escola a participar dos processos alimentares.

É urgente então pensar de que formas o estado, por meio da escola, intensifica os processos de insegurança alimentar da população, contribuindo para a descredibilização das instituições escolares em si, parte essencial da tentativa de precarização da escola pública e das instituições que representam e defendem a democracia representativa. Um ambiente que alimenta seus estudantes de forma quase autoritária por não oferecer respaldo do que se come e da onde vem, não pode prosperar e nem oferecer condições de sucesso acadêmico e profissional para seus estudantes.

Como deveria ser a alimentação

Pensando nas escolas públicas enquanto o ambiente estatal que mais se faz presente nas vidas dos brasileiros, até por seu caráter de obrigatoriedade em certa idade, é mais do que coerente utilizar destes espaços para promover melhorias

efetivas na vida de cada um. A começar por uma escolha de alimentos livres de veneno, valorizando a produção local e sazonal, respeitando e compreendendo os ritmos da natureza. Tais escolhas têm efeito direto na saúde, tanto por frear o adoecimento por agrotóxicos quanto por oferecer tratamentos medicinais naturais.

Como diz Miguel A. Altieri:

A Vía Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. Somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental.

Considerando o cumprimento ideal do programa de alimentação já existente, que indica a existência de momentos educativos de participação ativa referente a produção e aquisição do que é servido na escola, é imprescindível que as crianças e jovens entrem em maior contato com tais processos por meio de visitas e oficinas nos locais de produção. O envolvimento ativo não apenas ajuda a garantir uma nutrição de qualidade e informada, mas faz referência também a matérias do currículo como biologia, geografia, e tantas outras possibilidades a serem exploradas.

Uma proposta de operação, baseada no sistema de CSA's (Comunidades que Sustentam a Agricultura) seria a coparticipação dos agentes escolares na produção e colheita dos alimentos, por meio da criação de tais comunidades ampliadas, alinhando diversas famílias a uma mesma escola, por exemplo. As CSA's são sistemas no qual pessoas e famílias se alinham a um grupo de agricultores familiares, e mediante a pagamento combinado, são realizadas entregas quinzenais e/ou mensais de alimentos para os participantes.

Desta forma, seria garantido não só o abastecimento da escola com produtos orgânicos, mas também a atuação ativa de todos os membros da comunidade, além da garantia de investimento direto na agricultura familiar. O trabalho de cultivar produtos alimentícios respeitando a natureza e aqueles que vão consumir é delicado e complexo, essencial para toda a população e deve ser valorizado, inclusive financeiramente, como tal. Garantir o bem-estar da população é um ciclo que

transpassa produtor e consumidor, pois somente com a segurança dos direitos de todos os envolvidos no processo é possível estabelecer um estado de afeto e amorosidade enquanto sistema, e não como exceção.

Pensando nos modelos atuais de Conselhos Alimentares Escolares, mas utilizando de base e objetivo a atuação utópica destes na qual grupos de cuidado a alimentação das crianças e jovens se formariam espontaneamente por pessoas com a meta em comum de prover a toda população brasileira uma vida plena, saudável e de bem-estar enquanto regra. É necessário refletir quem são os responsáveis pelo sucateamento da alimentação e de que forma se beneficiam do sofrimento de outras pessoas.

Grandes responsáveis pela não-organicidade do funcionamento do programa se dão pela negligência estatal e, conseqüentemente, dos meios de comunicação, visto que apesar do caráter legislativo e obrigatório, pouquíssimo se fala sobre sua existência ao longo dos anos escolares, e também o material bibliográfico sobre alimentação pela perspectiva da educação é escasso ou difícil de ser encontrado, inclusive para a produção deste trabalho.

Para além do cumprimento básico das normativas, faz-se necessária uma divulgação massiva dos direitos alimentares arduamente conquistados pelo e para o povo brasileiro. Acredito que seja inclusive função da academia reunir e disseminar os conhecimentos acumulados sobre os temas de educação e alimentação, incentivando os estudantes a refletirem também com a visão destas duas áreas atuando em sintonia, percebendo que uma não é capaz de prosperar sem a outra. É trabalho e papel social da escola garantir os direitos básicos dos cidadãos e os educadores devem, portanto, estar cientes de quais são estes, de modo a auxiliar a garantia.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.947/2009** – Institui o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968** – Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 1968.

CASTRO, Franciléia Paula de. **A PANDEMIA E A VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL** (Temas em direitos humanos e atualidades) 2022.

GUEDES, Aline. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>

MACEDO, Bárbara Macieira Ribeiro. **NECROPOLÍTICA ALIMENTAR NO BRASIL: CONTROLE E EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO NEGRA PÓS-ABOLIÇÃO.** 2021

PNAE (Portal do Fnde) Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>

SIQUEIRA, Carol. **Deputados condenam tragédia humanitária dos Yanomami e acusam governo anterior de genocídio.** (Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/935045-deputados-condenam-tragedia-humanitaria-dos-yanomami-e-acusam-governo-anterior-de-genocidio/>)

APÊNDICE

Modelo de questionário aplicado
Questionário referente ao PNAE

- Foi solicitado o nome, com resguardo à anonimidade

Questionário direcionado apenas a estudantes da escola pública do DF.

Dentre as perguntas de sim ou não, estavam:

- Durante sua trajetória na educação pública, você teve alguma aula ou oficina referente à alimentação da escola?
- Na(s) escola(s) que você estudou existia diálogo entre a coordenação e os estudantes sobre a alimentação da escola?
- Na(s) escola(s) que você estudou existia diálogo entre a coordenação e a família sobre a alimentação da escola?
- Você já ouviu falar sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Obs.: Não foram realizadas perguntas dissertativas